ATO N.º 24/2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 066/2020-MP/CPMII, datado de 24/1/2020 protocolizado sob o n.º 3394/2020, em 24/1/2020,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, RUA NA SAMPAIO DOS SANTOS FREITAS QUARESMA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Segunda Entrância, MP.CPCP-102.3, a contar de 3/2/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 7 de fevereiro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 26/2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o n.º 6147/2020, em 10/2/2020,

CONSIDERANDO o pedido de vacância, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, concedido por meio do Ato n.º 172/2019, datado de 17/6/2019, publicado no D.O.E. de 2/7/2019, a contar de 06/3/2019, com base no art. 33, VIII, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com os arts. 58, I, e 59, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, JEFFERSON ROSA COELHO, do cargo de Técnico-Contador, MP-ATC-401-A-III, do Ministério Público do Estado do Pará, nomeado por meio do Ato do Procurador-Geral de Justiça nº 135/2013, datado de 4/10/2013, publicado no D.O.E. de 7/10/2013, conforme permissão estabelecida no art. 58, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 5.810/1994, a contar de 10/2/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 13 de fevereiro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 27/2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 063/2020-MP/PJ/PMZ, datado de 29/1/2020 protocolizado sob o n.º 3815/2020, em 29/1/2020,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, MILENA MARIA DA SILVA SARMENTO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CPCP-102.3, a contar de 3/2/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 14 de fevereiro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 28/2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; e CONSIDERANDO os termos do Ofício n.º 3/2020-MP/PJC, datado de 17/1/2020 protocolizado sob o n.º 2989/2020, em 21/1/2020,

R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, MYCHAEL DE OLIVEIRA COSTA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância, MP.CPCP-102.3, a contar de 3/2/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 14 de fevereiro de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 526517

PORTARIA N.º 66/2020-MP/SGJ-TA

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, em exercício, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA n.º 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018; CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 41/2020-Coord/PJI, datado de 14/2/2020, protocolizado sob o n.º 6982/2020, em 14/2/2020;

CONSIDERANDO os termos da decisão proferida pela Subprocuradoria-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa, às fls. 4-5;

CONSIDERANDO que é dever da Administração a apuração de irregularidades no serviço público, conforme prescrito no art. 199 da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994,

R E S O L V E:

I - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar, objetivando apurar eventuais irregularidades praticadas pelo servidor registrado sob a Matrícula n.º 999.2384, ocupante do cargo de Analista Jurídico, por infringência, em tese, ao disposto no art. 177, incisos II e IV, art. 178, inciso XI, e art. 190, incisos V, VI e VII da Lei Estadual n.º 5.810/94.

II - DESIGNAR a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância, constituída por meio da PORTARIA n.º 37/2020-MP/SGJ-TA, de 29/1/2020, publicada no D.O.E. de 3/2/2020, composta pelos servidores estáveis JOSÉ VENÍCIUS FRANCO DE OLIVEIRA (Presidente), MAURO CÉSAR CARVALHO DE CARVALHO e JOEL CARLOS DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO (Membros), para atuarem no processo.

III - FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 20 de fevereiro de 2020.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa

Protocolo: 526503

ACÓRDÃO N.º 004/2020 – CPJ**RECURSO ADMINISTRATIVO**

PROCESSO Nº 053/2019- CPJ (PROTOCOLO Nº 51684/2019)

RECORRENTE: PROMOTOR DE JUSTIÇA EDUARDO JOSÉ FALES DO NASCIMENTO

RECORRIDA: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATORA: PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA DA CONCEIÇÃO DE MATOS SOUSA

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA QUE INDEFERIU PEDIDO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS. AFASTADA A INCIDÊNCIA DO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS PARA O REQUERIMENTO DE DIÁRIAS PRETÉRITAS, ESTABELECIDO NO ART. 1º, § 4º, DA PORTARIA 47/2017-MP/PGJ, DE 10 DE JANEIRO DE 2017. RECONHECIDO, PARA TAL REQUERIMENTO, O PRAZO QUINQUENAL DO ART.1º DO DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

DECISÃO: ACORDAM OS MEMBROS DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, POR UNANIMIDADE, PELO CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. REGISTRADO O IMPEDIMENTO DA PROCURADORA DE JUSTIÇA CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO. REGISTRADA A ABSTENÇÃO DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES, ADÉLIO MENDES DOS SANTOS, ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA E DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA GILBERTO VALENTE MARTINS.

BELÉM (PA), 06 DE FEVEREIRO DE 2020

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Protocolo: 526764

AVISO N.º 02/2020-CGMP

O Procurador de Justiça JORGE DE MENDONÇA ROCHA, Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, AVISA a todos os candidatos que os RELATÓRIOS abaixo estão disponíveis, para consulta na Corregedoria-Geral, pelo prazo de cinco dias úteis. A cópia será encaminhada mediante requerimento do interessado, opcionalmente, por e-mail (correg_movimentacao), nos termos do art. 9º, §§ 1º e 2º, da Resolução nº 03/2014/MP/CSMP:

Processo	Edital (DOE)	Entrância	Concurso	Critério	Cargo
01/2020	76/2019(19/12/2019)	2ª	Remoção	Ant	2º PJ de Tailândia
02/2020	77/2019(19/12/2019)	2ª	Remoção	Ant	12º PJ Agrário de Marabá
03/2020	78/2019(19/12/2019)	2ª	Remoção	Ant	2º PJ Criminal de Marabá
04/2020	79/2019(19/12/2019)	2ª	Remoção	Ant	1º PJ Criminal de Santa Isabel do Pará
05/2020	80/2019(19/12/2019)	1ª	Remoção	Ant	PJ de Itupiranga

Belém (PA), 20 de fevereiro de 2020.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador de Justiça

Corregedor-Geral do Ministério Público.

Protocolo: 526292

PORTARIA N.º 564/2020-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso VIII, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Pará), c/c o art. 19, inciso II, da Lei Estadual no 5.810, de 24.01.1994;